

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

AÇÃO PENAL. DENÚNCIA, QUEIXA-CRIME E REPRESENTAÇÃO. ESPÉCIES DE AÇÃO PENAL.

Questão 01) A respeito da ação penal pública e privada, marque a alternativa incorreta:

- a) a obrigatoriedade, indisponibilidade, divisibilidade são princípios da ação penal pública;
- b) o instituto da representação tem natureza jurídica de prosseguibilidade;**
- c) a ação penal privada subdivide-se exclusiva e personalíssima;
- d) são princípios da ação penal privada: oportunidade ou conveniência, disponibilidade e indivisibilidade.

Questão 02) Acerca da ação penal pública condicionada à representação, assinale a opção correta.

- a) os delitos que se processam mediante ação penal pública condicionada à representação contemplam expressamente essa previsão no texto legal;**
- b) opera-se a decadência da ação penal condicionada à representação se o direito de representar não for exercido no prazo de seis meses, a contar da data do fato criminoso;
- c) o ofendido pode, a qualquer tempo, exercer o direito de se retratar da representação, sendo a extinção da punibilidade sem resolução de mérito o efeito da retratação;
- d) a irretratabilidade da representação inicia-se com a instauração do inquérito policial.

Questão 03) Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP:

- a) perde interesse processual e deixa de intervir nos autos;
- b) pode intervir em todos os termos do processo, contudo, sem capacidade recursal;
- c) perde a possibilidade de representar pelo arquivamento do inquérito e não pode repudiar a queixa;
- d) pode aditar a queixa.

Questão 04) João sofreu calúnia, mas veio a falecer dentro do prazo decadencial de seis meses, antes de ajuizar ação contra o ofensor. Ele não tinha filhos e mantinha um relacionamento homoafetivo com Márcio, em união estável reconhecida. João era filho único e tinha como parente próximo sua mãe.

Nessa situação hipotética, o ajuizamento de ação pelo crime de calúnia:

- a) somente poderá ser promovido pela mãe de João;
- b) poderá ser realizado pelo Ministério Público;
- c) poderá ser realizado por Márcio.**
- d) não é cabível, haja vista a morte de João.

Questão 05) Tiago, funcionário público, foi vítima de crime de difamação em razão de suas funções. Após Tiago demonstrar interesse em ver o autor do fato responsabilizado, é instaurado inquérito policial, no qual a Autoridade Policial concluiu pela prática delitativa da difamação, majorada por ser contra funcionário público em razão de suas funções, bem como identifica João como autor do delito. O advogado de Tiago, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deverá esclarecer que:

- a) caberá ao Ministério Público oferecer denúncia em face de João após representação do ofendido, mas Tiago não poderá optar por oferecer queixa-crime;
- b) caberá a Tiago, assistido por seu advogado, oferecer queixa-crime, não podendo o ofendido optar por oferecer representação para o Ministério Público apresentar denúncia;
- c) Tiago poderá optar por oferecer queixa-crime, assistido por advogado, ou oferecer representação ao Ministério Público, para que seja analisada a possibilidade de oferecimento de denúncia;
- d) caberá ao Ministério Público oferecer denúncia, independentemente de representação do ofendido.

Questão 06) Acerca da Ação Penal, é correto afirmar:

- a) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa decairá ou será extinta a ação se já houver uma em curso;
- b) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, só a este se aproveitará;
- c) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará somente a este, o qual terá direito de recusa;
- d) as fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem, ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.

Questão 07) Em relação à Denúncia e à Queixa assinale a alternativa incorreta:

- a) a queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal;
- b) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial, contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos;
- c) a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas;
- d) o Ministério Público poderá desistir da ação penal.**

Questão 08) Assinale a alternativa correta:

- a) no caso de pluralidade de autores, a queixa contra qualquer um não obrigará ao processo de todos;
- b) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estende aos demais; e o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar;
- c) a renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada, extinguem a punibilidade;**
- d) a renúncia e perdão devem ser expressos, não sendo admitidos de forma tácita.

Questão 09) Lívia, insatisfeita com o fim do relacionamento amoroso com Pedro, vai até a casa deste na companhia da amiga Carla e ambas começam a quebrar todos os porta-retratos da residência nos quais estavam expostas fotos da nova namorada de Pedro. Quando descobre os fatos, Pedro procura um advogado, que esclarece a natureza privada da ação criminal pela prática do crime de dano. Diante disso, Pedro opta por propor queixa-crime em face de Carla pela prática do crime de dano (Art. 163, caput, do Código Penal), já que nunca mantiveram boa relação e ele tinha conhecimento de que ela era reincidente, mas, quanto a Lívia, liga para ela e diz que nada fará, pedindo, apenas, que o fato não se repita. Apesar da decisão de Pedro, Lívia fica preocupada quanto à possibilidade de ele mudar de opinião, razão pela qual contrata um advogado junto com Carla para consultoria jurídica. Considerando apenas as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que ocorreu:

- a) renúncia em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime não deve ser recebida em relação a Carla;
- b) renúncia em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla;
- c) perempção em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla;
- d) perdão do ofendido em relação a Lívia, de modo que a queixa-crime deve ser recebida apenas em relação a Carla.

Questão 10) João ofereceu queixa-crime em face de José, imputando-lhe a prática do crime de calúnia majorada. No curso da instrução, após recebimento da queixa-crime, João não compareceu para dar prosseguimento ao feito, sendo certificado pelo oficial de justiça que não foi possível intimar João pelo fato de a área de sua residência ser de risco. O Ministério Público, na qualidade de *custos legis*, através de seus próprios servidores, auxiliou o Oficial de Justiça e foi realizada a intimação do querelante para dar prosseguimento ao feito e informando sobre a data da audiência designada. Passados 30 (trinta) dias, João manteve-se inerte e não compareceu à audiência de instrução e julgamento.

Considerando apenas os fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão do perdão do ofendido ocorrido depende de requerimento do Ministério Público, não podendo ser declarada de ofício pelo magistrado;
- b) a perempção restou configurada, gerando a extinção da punibilidade do agente, aplicando-se o princípio da disponibilidade das ações penais privadas;**
- c) a renúncia restou configurada, gerando a extinção da punibilidade do querelado, em respeito ao princípio da oportunidade das ações penais privadas;
- d) o perdão do ofendido restou configurado, gerando a extinção da punibilidade do querelado, independentemente de sua concordância.

Questão 11) Marque a alternativa incorreta tendo por base a jurisprudência pacificada no âmbito dos tribunais superiores e as recentes alterações promovidas pelo denominado Pacote Anticrime:

a) a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada;

b) a homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial;

c) é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções;

d) a partir da Vigência da Lei 13.964/2019, a ação penal em relação ao crime de Estelionato, em determinadas circunstâncias, passou a ser condicionada à representação.

AÇÃO CIVIL EX DELICTO

Questão 12) João foi vítima de um crime de furto praticado por Pedro. A res furtiva não foi recuperada pela vítima. Instaurado inquérito, apuraram-se a autoria e a materialidade e ofereceu-se a denúncia contra Pedro.

Nessa situação hipotética, a propositura da ação civil ex delicto contra Pedro

a) estará prejudicada, por haver litispendência;

b) independe da existência da ação penal;

c) será inadmissível, pois ninguém pode ser punido duas vezes pela prática do mesmo fato;

d) dependerá do trânsito em julgado da sentença penal.

Questão 13) O termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento da ação de indenização por danos decorrentes de crime (ação civil ex delicto) é a data:

- a) da prática do ato ilícito;
- b) da data da lesão;
- c) do trânsito em julgado da sentença penal condenatória;**
- d) da data do conhecimento do fato por parte do titular lesado.

Questão 14) Considerando a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, acerca da ação civil ex delicto:

- a) a sentença que concede o perdão judicial depois de reconhecida a culpa do réu enseja reparação civil ex delicto;
- b) a sentença absolutória do juízo criminal que declare a inexistência do fato ou que o réu não tenha concorrido para o crime faz coisa julgada no juízo cível, obstando a reparação civil ex delicto;**
- c) não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito;
- d) o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação; a decisão que julgar extinta a punibilidade e a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime impedem a propositura da ação civil ex delicto.

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

Questão 15) De acordo com norma expressa do Código de Processo Penal, são fatores que determinam a competência jurisdicional:

- a) o local da prisão e a natureza da infração.
- b) a prevenção e o domicílio ou residência da vítima
- c) a prerrogativa de função e o domicílio ou residência do réu.**
- d) o local da investigação e a conexão ou continência.

Questão 16) O Código de Processo Penal dispõe que a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução. De acordo com o referido diploma legal, quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á:

- a) pela prevenção;
- b) pelo domicílio;
- c) pela contratação;
- d) pela petição inicial.

Questão 17) Em relação à competência pelo lugar da infração, marque a alternativa incorreta:

- a) João saiu de Porto Alegre, onde reside, com destino a Rivera (Uruguai), ao passar por Santana do Livramento (Cidade brasileira que faz divisa com o Uruguai) é alvejado por um tiro desferido por Pedro (seu desafeto), porém Pedro consegue evadir até a Cidade de Rivera (Uruguai), onde acabou falecendo, nesse caso, o Juízo territorialmente competente para julgar o crime é do local da residência da vítima, ou seja, Porto Alegre;
- b) no que tange à Competência *ratione loci*, em regra, é adotada a Teoria do Resultado, porém o ordenamento jurídico também admite a Teoria da Atividade e a Teoria da Ubiquidade;
- d) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, ou tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições a competência firmar-se-á pela prevenção;
- d) não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

Questão 18) Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

a) continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar, fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente;

b) será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação;

c) no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste;

d) a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).

Questão 19) Acerca dos critérios de determinação da competência no Processo Penal, marque a alternativa correta:

- a) a competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;
- b) na determinação da competência por conexão ou continência, havendo concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do segundo;
- c) a competência será determinada pela continência quando no mesmo caso, houverem sido as infrações praticadas umas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;
- d) verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.

Questão 20) Sobre competência, sua fixação e modificação no processo penal, é correto afirmar que:

- a) é desconhecida, no processo penal, a hipótese de foro de eleição;
- b) na conexão de crimes de competência das justiças federal e estadual, o entendimento prevalente, mas não unânime, é no sentido de promover-se a separação dos processos;
- c) o provimento do incidente de deslocamento de competência provocado pelo Procurador-Geral da República somente depende de que, diante de grave violação a direitos humanos, tenha sido proposta ação penal e haja possibilidade de responsabilização internacional do Estado brasileiro;
- d) configurado desacato à autoridade de juiz de Direito no exercício de funções eleitorais, a competência para o julgamento do crime será da Justiça Federal.

Questão 21) Quanto às regras de competência, assinale a alternativa incorreta.

a) a concurso entre crime comum e militar constitui causa de separação obrigatória de processos;

b) para definição da competência territorial, nosso ordenamento jurídico adotou a teoria da atividade;

c) a conexão instrumental ocorre quando a prova de uma infração influi na prova de outra e recomenda a reunião de processos;

d) será prorrogada a competência do juiz presidente do tribunal do júri em caso de desclassificação em plenário para crime não doloso contra a vida.

Questão 22) Sobre competência no Direito Processual Penal, assinale a alternativa incorreta.

a) a competência em razão da matéria da jurisdição comum estadual é residual em relação à jurisdição comum federal e às jurisdições especiais;

b) havendo conexão entre crime da competência material da jurisdição comum federal e crime da competência material da jurisdição militar estadual, haverá unidade de processo, e o juízo prevalente será o primeiro;

c) em ação penal de iniciativa privada, o titular do direito de queixa poderá exercê-la no lugar da infração ou do domicílio ou residência do futuro querelado;

d) A competência pela natureza da infração do Tribunal do Júri, por ter fundamento na Constituição Federal, prevalece diante de competência por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente em Constituição Estadual.

Questão 23) Deputado Federal eleito pelo estado do Rio Grande do Sul que praticar crime de estelionato em Curitiba - PR antes de entrar em exercício no cargo eletivo deverá ser processado no(a)

- a) Supremo Tribunal Federal;
- b) Justiça Federal do Rio Grande do Sul, em razão do cargo ocupado;
- c) Justiça Estadual comum do Rio Grande do Sul, na comarca de Porto Alegre;
- d) Justiça Estadual comum do Paraná, na comarca de Curitiba.**

Questão 24) No que concerne à competência, o STF entende, por súmula, que:

- a) o foro competente para o processo e o julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde o título foi emitido;
- b) a competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos se restringe aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau;**
- c) salvo ocorrência de tráfico para o exterior ou entre Estados da Federação, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes;
- d) é competente o Supremo Tribunal Federal para julgar conflito de jurisdição entre juiz de direito do Estado e a Justiça Militar local.

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.

Questão 25) Constituem exceções peremptórias a exceção de:

- a) litispendência e a exceção de coisa julgada;**
- b) suspeição e a exceção de litispendência;
- c) impedimento e a exceção de suspeição;
- d) incompetência e a exceção de impedimento.

Questão 26) Sobre as exceções, assinale a assertiva correta:

- a) arguida exceção de suspeição cuja procedência seja reconhecida pela parte, poderá ser sustada a marcha do processo, caso em que suspenso ficará também o prazo prescricional;
- b) a suspeição, nas hipóteses em que admissível sua arguição, deverá sê-lo sempre por escrito;
- c) não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, mas deverão elas declarar-se suspeitas, quando ocorrer motivo legal;
- d) as exceções serão processadas em autos apartados e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.

Questão 27) À luz do que disciplina o Código de Processo Penal sobre o incidente de falsidade:

- a) a decisão irrecorrível não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil;
- b) a decisão irrecorrível só fará coisa julgada nos autos da ação penal movida pelo Ministério Público para apurar a autoria da falsidade;
- c) tendo em vista o princípio da imparcialidade, não é possível que o juiz, de ofício, proceda à verificação da falsidade;
- d) não há previsão legal sobre a possibilidade de diligências no curso do incidente.

Questão 28) A respeito de questões e processos incidentes em âmbito penal, é correto afirmar que:

- a) o juiz, no incidente de insanidade mental, pode, de ofício e independentemente da anuência da defesa, determinar a apresentação compulsória do acusado em exame médico;
- b) o leilão público de bens sequestrados, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, está condicionado ao exclusivo requerimento da parte interessada;
- c) o deferimento das medidas assecuratórias de natureza patrimonial previstas no Código de Processo Penal está submetido ao princípio da jurisdicionalidade;
- d) o Código de Processo Penal não admite a oposição verbal da exceção de incompetência.

Questão 29) Sobre o conflito de Jurisdição restituição de coisas apreendidas, assinale a alternativa incorreta:

- a) haverá conflito de jurisdição quando duas ou mais autoridades judiciárias se considerarem competentes, ou incompetentes, para conhecer do mesmo fato criminoso ou quando entre elas surgir controvérsia sobre unidade de juízo, junção ou separação de processo;
- b) o conflito poderá ser suscitado pelos juízes ou tribunais atuantes na causa pelos órgãos do Ministério Público junto a qualquer dos juízos em dissídio, contudo, tal medida, não pode ser suscitada pela parte interessada;
- c) antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo;
- d) a restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

Questão 30) Sobre as medidas assecuratórias, marque a alternativa correta:

a) o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro, bastando a existência de meros indícios da proveniência ilícita dos bens;

b) o sequestro poderá ainda ser embargado pelo acusado, sob o fundamento de não terem os bens sido adquiridos com os proventos da infração e pelo terceiro, a quem houver os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé;

c) independentemente de o responsável possuir ou não bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, poderão ser arrestados bens móveis suscetíveis de penhora, nos termos em que é facultada a hipoteca legal dos imóveis;

d) o juiz não pode determinar a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

DIREITO PROBATÓRIO

Questão 31) Segundo a doutrina, prova é o conjunto de elementos produzidos pelas partes e/ou pelo Juiz, visando à formação do convencimento quanto a atos, fatos e circunstâncias. Nesse contexto, referente à matéria de provas prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas;
- b) o ordenamento jurídico brasileiro não inadmite as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, porém são consideradas válidas as provas derivadas das ilícitas
- c) as teorias da Fonte Independente, Descoberta Inevitável e Inexistência de Nexos de Causalidades não foram adotadas no Brasil em relação às provas derivadas das ilícitas;
- d) em relação às provas ilícitas, as teorias da Mancha Purgada, Boa-fé e Proporcionalidade estão positivadas no Código de Processo Penal;

Questão 32) Acerca do Exame de Corpo de Delito e da Cadeia de Custódia assinale a alternativa correta:

- a) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado;
- b) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior, ou na falta de perito oficial, o exame será realizado por 01 (uma) pessoa idônea, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame;
- c) o juiz ficará adstrito ao laudo, não podendo rejeitá-lo;
- d) considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.**

Questão 33) Sobre o interrogatório e confissão, assinale a alternativa correta à luz do Código de Processo Penal:

- a) o acusado será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado preferencialmente por videoconferência;
- b) depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas, com a advertência de que o silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da defesa;
- c) a confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto;**
- d) o valor da confissão sobressai em relação aos outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz não precisa confrontá-la com as demais provas do processo, a fim de verificar se entre ela e estas existem compatibilidade ou concordância.

Questão 34) Sobre a prova testemunha, marque a alternativa incorreta:

a) a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias;

b) as testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho;

c) as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente ao Juiz que avaliará o teor e as direcionará à testemunha, não sendo admitidas aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida;

d) se qualquer testemunha houver de ausentar-se, ou, por enfermidade ou por velhice, inspirar receio de que ao tempo da instrução criminal já não exista, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.

Questão 35) Sobre a legislação aplicada ao reconhecimento de pessoas, a acareação e à prova documental, marque a alternativa correta:

a) conforme entendimento jurisprudencial no âmbito do STJ, o rito processual previsto para o reconhecimento de pessoas previsto no CPP é flexível no âmbito do inquérito policial, de modo que é facultativo que a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, seja colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la;

b) a acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, porém não admitida entre testemunhas.

c) consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.

d) à fotografia do documento se dará o mesmo valor do original, independentemente de autenticação

Questão 36) Antônio foi preso em flagrante sob a acusação da prática de tráfico de drogas. A polícia apreendeu seu telefone celular. O Delegado abriu o aplicativo WhatsApp no celular do suspeito e verificou que, nas conversas de Antônio, as mensagens comprovaram que ele realmente negociava drogas, e assumia a prática de outros crimes graves. As referidas mensagens foram transcritas pelo escrivão e juntadas ao inquérito policial, em forma de certidão. Nessa situação hipotética, de acordo com as regras de admissibilidade das provas no processo penal brasileiro, marque a alternativa correta:

- a) é necessário ordem judicial, tanto para a apreensão de telefone celular, como também para o acesso às mensagens de WhatsApp;
- b) tendo em vista que é dispensável ordem judicial para a apreensão de telefone celular, também não é necessária autorização para o acesso as mensagens de WhatsApp, visto que se trata de medida implícita à apreensão;
- c) como se trata de procedimento preliminar investigatório, não é necessário a prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao WhatsApp da pessoa que foi presa em flagrante delito;
- d) é necessária prévia autorização judicial para que a autoridade policial possa ter acesso ao WhatsApp da pessoa que foi presa em flagrante delito.**

Questão 37) Lucas, Pedro e João são primos e Pedro está sendo acusado pelo crime de roubo que supostamente cometeu no ano de 2019, sendo que está foragido da Justiça. Os policiais estão suspeitando que seus primos estão dando esconderijo a Pedro. Sabendo que Lucas e João residem em um albergue, resolvem fazer busca do foragido no local. Com base no caso hipotético acima, a busca de Pedro pela polícia:

- a) poderá ser feita no albergue desde que durante o dia e por determinação judicial;
- b) poderá ser feita no albergue, tanto de dia quanto de noite, independente de determinação judicial;
- c) poderá ser feito no albergue, em qualquer dia e em qualquer horário, uma vez que não é considerado domicílio e, sendo assim, não é considerado inviolável, mas para tanto, é necessário determinação judicial;
- d) não poderá ser feita no albergue, por se tratar de propriedade de terceiros, a não ser por determinação judicial e apenas durante o dia.

Questão 38) Funcionário público com atribuição compareceu, munido de mandado de busca e apreensão, a determinada residência para realizar busca e apreensão de cadernos de controle de valores relacionados à investigação do crime de favorecimento à prostituição de adolescentes. Ao comparecer ao local, verifica que naquele exato momento estava ligado um computador que transmitia vídeo com cena de sexo explícito envolvendo criança, que é crime diverso daquele que era investigado. Ao verificar tal situação, o funcionário público deverá:

- a) apreender, de imediato, o computador, tendo em vista que o mandado de busca e apreensão não precisa especificar os bens a serem apreendidos e o local onde deve ser realizada a diligência;
- b) requerer a expedição de novo mandado de busca e apreensão, que somente poderá ser deferido se for instaurada investigação para apurar a prática do novo delito;
- c) apreender, de imediato, o computador, tendo em vista que houve flagrante delito e um encontro fortuito de provas de outra infração penal;
- d) apreender, de imediato, o computador, pois a diligência em questão é considerada busca e apreensão pessoal, que prescinde de mandado.

DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA

Questão 39) Em relação ao acusado e seu defensor, é correto afirmar que:

a) se não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado um pelo juiz. Porém, o acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz;

b) a constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, mesmo se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório;

b) o defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

c) a impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos suspenderá a ação penal;

d) se for nomeado defensor dativo ao acusado, este deverá seguir no processo até o final, não podendo ser constituído novo defensor.

Questão 40) A respeito do assistente da acusação, assinale a alternativa correta.

a) o assistente da acusação, na fase de ação penal, só é admitido até a fase de sentença;

b) ao assistente da acusação é permitido propor todos os meios de prova admitidos em direito, inquirir testemunhas, bem como aditar a denúncia ofertada pelo órgão de acusação;

c) o corréu pode figurar como assistente da acusação quanto ao outro réu, no mesmo processo;

d) o Código de Processo Penal não prevê recurso contra a decisão que inadmitir a habilitação a assistente da acusação.

ATOS DE COMUNICAÇÃO NO PROCESSO - DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.

Questão 41) Sobre a citação no processo penal marque a opção incorreta.

- a) a citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço;
- b) o dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado, assim, a ele como ao chefe de sua repartição;
- c) se o réu estiver preso, será pessoalmente citado;
- d) se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

Questão 42) No processo penal,

- a) é nula a citação por edital que indica tão somente o dispositivo da lei penal, sem a transcrição da denúncia ou queixa, ou o resumo dos fatos em que se baseia;
- b) é absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha;
- c) a intimação do defensor constituído e do advogado do querelante far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, sendo desnecessária a inclusão do nome do acusado;
- d) a intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.

Questão 43) Roberto cumpre pena privativa de liberdade em presídio situado na cidade de Florianópolis. Na comarca de Porto Alegre foi instaurada ação penal em seu desfavor por suposto cometimento de crime de roubo e realizada a sua citação por edital, eis que não foi encontrado nos endereços constantes dos autos e não havia informação de sua prisão. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) a citação por edital é nula, porque cabe ao juízo diligenciar, por todos os meios e em todas as situações, para obter o correto endereço do réu;
- b) encontrando-se preso o réu, a sua requisição supre a citação pessoal;
- c) a citação é válida porque cabe ao réu informar o juízo sobre o seu endereço atualizado;
- d) a citação é válida, em razão de encontrar-se preso em outro Estado da Federação, nos termos de entendimento consolidado do STF.

Questão 44) Bruno foi denunciado como incurso nas sanções penais previstas no art. 215-A do Código Penal, sendo deferida sua liberdade provisória por ocasião da audiência de custódia. O denunciado foi citado e apresentou resposta à acusação, não sendo oferecida proposta de suspensão condicional do processo por responder a outras ações penais pelo mesmo tipo penal. Ocorre que, no momento da intimação para realização da audiência de instrução e julgamento, Bruno não foi localizado pelo oficial de justiça no endereço informado. O Ministério Público diligenciou e buscou a intimação de Bruno em todos os endereços obtidos, inclusive através de seus oficiais, não sendo o réu localizado, tendo apenas a irmã do acusado informado aos oficiais que ele tinha mudado de endereço, apesar de essa informação não ter sido prestada por Bruno ao juízo.

Considerando apenas as informações expostas, após todas as diligências realizadas pelo Ministério Público, o magistrado:

- a) poderá decretar a revelia do réu, persistindo ao Ministério Público a obrigação de comprovar a autoria e materialidade do crime, mas Bruno não mais precisará ser intimado pessoalmente para eventuais próximas audiências;
- b) poderá decretar a revelia do réu, que não gera presunção de veracidade dos fatos imputados, devendo Bruno continuar sendo intimado dos demais atos processuais que venham a ocorrer;
- c) não poderá decretar a revelia do réu, devendo a instrução prosseguir até o momento do interrogatório, quando a presença do acusado é indispensável;
- d) não poderá decretar a revelia do réu, devendo o processo, imediatamente, ficar suspenso, assim como o curso do prazo prescricional.